

Estresse Ocupacional, Dor e Resiliência em Servidores Penitenciários

Occupational Stress, Musculoskeletal Pain and Resilience in Prison Staff Work

Estrés Laboral, Dolor y Resiliencia en los Servidores Penitenciarios

Kátrin Isabeli Dreschler Corrêa

Christiane de Fátima Colet

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Sabrina Azevedo Wagner Benetti

Universidade Federal de Santa Maria

Carmen Cristiane Schultz

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Cíntia Beatriz Goi

Escola Superior de Educação Politécnico do Porto

Eniva Miladi Fernandes Stumm

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Resumo

Introdução: em trabalhadores penitenciários, evidenciam-se riscos de estresse ocupacional e dor e busca-se compreender como estes enfrentam as adversidades do ambiente laboral e o papel da resiliência. **Métodos:** pesquisa transversal, descritiva e analítica com 33 servidores penitenciários. Utilizado questionário laboral e clínico, escalas validadas de: Estresse no Trabalho, Escala Visual Numérica de Dor e de Resiliência. **Resultados:** 67% apresentaram nível moderado de estresse. Servidores que consideram o trabalho estressante apresentaram nível moderado de estresse ($p = 0,040$). Participantes apresentaram nível moderado de resiliência. Estresse foi correlacionado à intensidade da dor e não foi associado com resiliência. **Discussões:** constatou-se associação entre estresse e a intensidade da dor musculoesquelética, sem correlação com a resiliência e com o perfil dos trabalhadores. **Conclusões:** presença de estresse ocupacional e dor musculoesquelética, independentemente da resiliência, constituem indicadores importantes sobre as condições de saúde desses profissionais.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador, Estresse Ocupacional, Dor Musculoesquelética, Resiliência Psicológica, Prisões

Abstract

Introduction: in prison workers, the risks of occupational stress and pain are evidenced and an attempt is made to understand how they face the adversities of the work environment and how resilience protects the health of workers. **Methods:** cross-sectional, descriptive, and analytical research with 33 penitentiary workers. We used a labor and clinical questionnaire, Scale of: Work Stress, Numerical Visual Scale of Pain and Resilience. **Results:** 67% presented a moderate level of stress. Servers who consider their work stressful presented moderate level of stress ($p = 0.040$). Participants presented a moderate level of resilience. Stress was not associated with resilience; however, it was correlated with pain intensity. **Discussions:** there was an association between stress and the intensity of musculoskeletal pain, without correlation with the resilience and profile of the workers. **Conclusions:** the presence of occupational stress and musculoskeletal pain, regardless of resilience, are important indicators of the health conditions of these professionals.

Keywords: Worker's Health, Occupational Stress, Musculoskeletal Pain, Psychological Resilience, Prisons

Resumen

Introducción: se evidencian los riesgos del estrés laboral y el dolor en los trabajadores penitenciarios y se intenta comprender cómo afrontan las adversidades del entorno laboral y cómo la resiliencia protege la salud de los trabajadores. **Métodos:** investigación transversal, descriptiva y analítica con 33 trabajadores penitenciarios. Cuestionario laboral y clínico utilizado, Escala de: Estrés en el trabajo, Escala Visual Numérica de Dolor y de Resiliencia. **Resultados:** El 67% presentaba un nivel de estrés moderado. Los servidores que consideran que su trabajo es estresante mostraron un nivel moderado de estrés ($p = 0,040$). Los participantes mostraron un nivel moderado de resiliencia. El estrés no se asoció a la resiliencia, pero sí a la intensidad del dolor. **Discusiones:** hubo una asociación entre el estrés y la intensidad del

dolor musculoesquelético, sin correlación con la resiliencia y el perfil de los trabajadores. Conclusiones: la presencia de estrés laboral y de dolor musculoesquelético, independientemente de la capacidad de recuperación, son indicadores importantes del estado de salud de estos profesionales.

Palabras clave: Salud Laboral, Estrés Ocupacional, Dolor Musculoesquelético, Resiliencia Psicológica, Prisiones

Introdução

O sistema prisional apresenta complexidade e peculiaridade de funcionamento, com consequências a todos os envolvidos, extensivas à sociedade. As atuais condições das prisões se apresentam como (re)produtoras de violências e podem ocasionar danos à saúde das pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores. Estes atuam em contexto laboral insalubre, caracterizado por superlotação de pessoas privadas de liberdade, estrutura precária e déficit funcional (Ellison & Caudill, 2020). Ao encontro, Lambert et al. (2020) afirmam que o trabalho no sistema prisional é complexo, pois envolve confinar e controlar expressivo número de pessoas, contra sua vontade, com poucos recursos e déficit funcional.

Os trabalhadores penitenciários contribuem com a sociedade ao exercer atividade laboral voltada à saúde, à segurança e à reinserção social de pessoas em conflito com a lei. Conforme Santos (2020), os referidos trabalhadores são responsáveis pela manutenção da segurança do espaço prisional, na promoção da reeducação do preso, da sua segurança e da atenção humanitária. No entanto, tal função pode ser associada a problemas de saúde e ao aumento do estresse ocupacional, relacionados com diversos fatores laborais (Fusco et al., 2021).

O estresse ocupacional é um problema de saúde relacionado ao trabalho nas prisões (Fusco et al., 2021) e está presente na rotina laboral dos trabalhadores penitenciários, com efeitos sobre sua saúde física e psíquica (Lambert et al., 2020). Os autores pontuam que o estresse ocupacional é problema inerente às prisões e, embora a própria natureza do trabalho seja estressante, as variáveis do ambiente contribuem para seu desencadeamento e agravamento. Da mesma forma, Jesus et al. (2021) evidenciaram que os trabalhadores penitenciários se encontram vulneráveis ao estresse e enfatizam os aspectos do trabalho que podem estar relacionados, como tensão, constante estado de alerta e exposição ao perigo.

Lambert et al. (2020) afirmam que vivenciar o estresse no trabalho, ao longo do tempo, pode ocasionar efeitos físicos e psicológicos prejudiciais à saúde do trabalhador penitenciário. No que tange aos conflitos e às situações desencadeadoras de estresse no ambiente laboral, eles são percebidos de forma distinta e subjetiva por cada trabalhador; deste modo, pode ocorrer adoecimento físico e mental, por meio da manifestação de diversas enfermidades.

Nesta perspectiva, a dor musculoesquelética constitui problema na saúde do trabalhador, pois se encontra entre as principais causas de afastamentos do trabalho, podendo ocasionar danos à saúde e resultar em incapacidade laboral (Santos et al., 2017). Conforme Arvidsson et al. (2020), a dor musculoesquelética está associada com fatores físicos e psicossociais do trabalho, entre eles, postura inadequada, esforços vigorosos, expressiva demanda de trabalho, baixa autonomia no trabalho e estresse ocupacional. Em uma pesquisa com 430 bombeiros de Chipre, Soteriades et al. (2019) evidenciaram associação positiva estatisticamente significativa entre estresse ocupacional e sintomas musculoesqueléticos, o que demonstra que o estresse constitui risco significativo, associado à maior prevalência de sintomas musculoesqueléticos nestes profissionais.

Especificamente no sistema prisional, os trabalhadores atuam sob estresse, constante tensão e alerta, fato que pode agravar sua condição de saúde e contribuir para o desencadeamento de distúrbios musculoesqueléticos. De acordo com Warren et al. (2015), a condição de dor musculoesquelética de trabalhadores penitenciários foi associada a fatores biomecânicos e psicossociais, sobretudo o estresse no trabalho. Já a investigação de Costello et al. (2015) constatou que os trabalhadores penitenciários que apresentaram dor encontravam-se com altos níveis de depressão e ansiedade autoavaliados.

Diante do contexto desafiador das prisões, os trabalhadores necessitam dispor de capacidade técnica e habilidades pessoais no manejo das adversidades enfrentadas; nesse sentido, Costello et al. (2015) constataram que níveis mais altos de resiliência foram associados com escores mais baixos de depressão em trabalhadores penitenciários, o que indica o papel mediador e protetor da resiliência, ao passo que Pesce et al. (2005) definem esse conceito como o nível de adaptação psicossocial positiva do indivíduo diante de situações importantes da vida.

A partir de buscas na literatura nacional e internacional, constata-se necessidade de mais investigações sobre estresse ocupacional, dor e resiliência em trabalhadores das prisões. A partir destas considerações, o presente estudo objetiva avaliar o nível de estresse ocupacional e a intensidade da dor musculoesquelética de servidores penitenciários e associá-los com a resiliência.

Métodos

Desenho, Período e Local do Estudo

Estudo transversal, descritivo e analítico desenvolvido em um presídio do interior do estado do Rio Grande do Sul, que realiza custódia de 280 pessoas privadas de liberdade, aproximadamente. A coleta de dados ocorreu no período de março a junho de 2020. A coleta de dados ocorreu de forma presencial, embora tenha ocorrido no início da pandemia. Pelo fato de a segurança pública ser considerada um serviço essencial, foram mantidos os horários cotidianos de trabalho.

População do Estudo e Critérios de Inclusão e Exclusão

No referido estabelecimento prisional, trabalham 35 servidores penitenciários, de diferentes cargos: agentes penitenciários, agentes penitenciários administrativos, técnico superior penitenciário e motorista, os quais foram convidados a participar deste estudo. Os critérios de inclusão foram: ser servidor penitenciário, estar lotado e atuar no referido local no período da coleta de dados. Foram excluídos do estudo dois servidores que se encontravam cedidos temporariamente a outros estabelecimentos prisionais, totalizando, portanto, 33 participantes neste estudo.

Instrumentos

Foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico, laboral e clínico; Escala de Estresse no Trabalho (EET); Escala Visual Numérica (EVN) – para verificar a intensidade da dor musculoesquelética; e a Escala de Resiliência.

O questionário sociodemográfico, laboral e clínico foi construído pelas pesquisadoras e contemplou as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, tempo de atuação no sistema

prisional, jornada de trabalho (se em forma de plantões, que se refere a 24 horas trabalhadas e 72 horas de descanso, ou de expediente, que se refere a turnos diurnos diários), autorrelato quanto ao estresse no trabalho, problema de saúde diagnosticado, uso de medicamentos, exercício de outra atividade laboral, tempo de lazer, afastamento do trabalho por motivos de saúde no último ano e estado de saúde.

A Escala de Estresse no Trabalho (EET), elaborada e validada por Paschoal e Tamayo (2004), compreende 23 itens. Cada participante aborda um estressor e uma reação a este. Para cada item, existe uma escala de 5 pontos, em escala tipo Likert de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). A classificação dos participantes, em relação ao estresse no trabalho, ocorre pela soma das pontuações atribuídas por cada indivíduo aos itens da escala, depois de dividida pelo número de itens e, desta forma, obtida a média individual. A classificação da intensidade de estresse se apresenta pelos seguintes níveis: baixo – 1,00 a 2,00; moderado – 2,01 a 4,00; e alto – 4,01 a 5,00 (Paschoal & Tamayo, 2004).

Para verificar a intensidade da dor musculoesquelética, utilizou-se a EVN, a qual possui enumeração de 0 a 10, em que 0 representa “sem dor” e 10, “dor máxima” (Naime, 2013). Os participantes assinalaram a opção que correspondia à intensidade da sua dor musculoesquelética nos últimos sete dias.

Para avaliar a resiliência dos participantes, foi utilizada a Escala de Resiliência (ER) traduzida e validada para o português por Pesce *et al.* (2005), que verifica o nível de adaptação psicossocial positiva do indivíduo diante de situações importantes da vida. Contempla 25 itens, com opções de resposta tipo escala Likert, de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). A soma do valor atribuído a cada item, ao final, varia entre 25 pontos, condizente com menor resiliência, e 175 pontos, elevada resiliência.

Análise dos Resultados e Estatística

Para a análise dos dados, esses foram inseridos em um banco com dupla digitação independente no *Microsoft Office Excel*. Após verificação, foram transferidos para o *software Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 22.0, e analisados com estatística descritiva e inferencial. Para a caracterização das variáveis sociodemográficas, laborais e clínicas dos participantes, foi utilizada estatística descritiva. As variáveis qualitativas foram descritas por meio de valores absolutos e percentuais, e as variáveis quantitativas, por meio de limite inferior e superior, média, mediana e desvio-padrão. Empregaram-se os testes de Mann-Whitney U, qui-quadrado e exato de Fisher para associar a pontuação da EET com as variáveis sociodemográficas, laborais e clínicas indicativas de resiliência, intensidade da dor musculoesquelética e tempo de atuação no sistema penitenciário. Utilizou-se coeficiente de correlação de Spearman para correlacionar as variáveis sociodemográficas, laborais e clínicas, a resiliência total, os fatores da escala de resiliência, a pontuação da EET e a intensidade da dor musculoesquelética.

Aspectos Éticos

Este artigo integra a dissertação de mestrado “Estresse, dor musculoesquelética e resiliência em servidores penitenciários”. Após autorização da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e aprovado sob CAAE n. 26465919.7.0000.5350.

Resultados

Participaram deste estudo 33 servidores penitenciários que atuam em um presídio. A Tabela 1 apresenta a classificação da intensidade de estresse dos participantes conforme características sociodemográficas, laborais e clínicas. Com relação ao perfil dos participantes, verificam-se percentuais semelhantes quanto ao sexo e à idade e que 66,7% possuem companheiro(a). A maioria atua há menos de dez anos no sistema prisional (66,7%) e em regime de plantões (60,6%), não exercendo outra atividade laboral (93,9%). Entre os entrevistados, 66,7% consideram seu trabalho estressante “às vezes” e 60,6% têm tempo de lazer “suficiente”. Maior parte dos participantes não se afastou do trabalho por problemas de saúde no último ano (93,9%), não possui problema de saúde diagnosticado (69,7%), não faz uso de medicamentos (60,6%) e classifica seu estado de saúde como “excelente” ou “bom” (75,8%).

Ainda, na Tabela 1, no que se refere à classificação do nível de estresse ocupacional dos servidores penitenciários, é possível constatar que a maioria dos participantes se encontra em nível moderado de estresse (67%).

Tabela 1

Estresse no Trabalho (EET) e as Variáveis Sociodemográficas, Laborais e Clínicas de Trabalhadores Prisionais

Variáveis	Categorias	EET			p-valor
		Baixo	Moderado	Total	
Sexo	Feminino	4(12,1)	13(39,4)	17(51,5)	0,218*
	Masculino	7(21,2)	9(27,3)	16(48,5)	
Idade	40 anos ou menos	5(15,2)	10(30,3)	15(45,5)	0,999*
	Mais de 40 anos	6(18,2)	12(36,4)	18(54,5)	
Estado civil	Com companheiro(a)	6(18,2)	16(48,5)	22(66,7)	0,255#
	Sem companheiro(a)	5(15,2)	6(18,2)	11(33,3)	
Tempo de atuação	Menos de 10 anos	9(27,3)	13(39,4)	22(66,7)	0,182#
	10 anos ou mais	2(6,1)	9(27,3)	11(33,3)	
Jornada de trabalho	Plantão	6(18,2)	14(42,4)	20(60,6)	0,446#
	Expediente	5(15,2)	8(24,2)	13(39,4)	
Exerce outra atividade laboral	Sim	-	2(6,1)	2(6,1)	0,438#
	Não	11(33,3)	20(60,6)	31(93,9)	
Considera o trabalho estressante	Sim	1(3,0)	10(30,3)	11(33,3)	0,040#
	Às vezes	10(30,3)	12(36,4)	22(66,7)	
Tempo de lazer	Suficiente	8(24,2)	12(36,4)	20(60,6)	0,267#
	Pouco suficiente/insuficiente	3(9,1)	10(30,3)	13(39,4)	
Afastou-se do trabalho por problema de saúde	Não	11(33,3)	20(60,6)	31(93,9)	0,438#
	Sim	-	2(6,1)	2(6,1)	
Problema de saúde diagnosticado por médico	Não	8(24,2)	15(45,5)	23(69,7)	0,560#
	Sim	3(9,1)	7(21,2)	10(30,3)	
Utiliza medicamentos	Sim	3(9,1)	10(30,3)	13(39,4)	0,267#
	Não	8(24,2)	12(36,4)	20(60,6)	
Como classifica sua saúde	Excelente/boa	10(30,3)	15(45,5)	25(75,8)	0,158#
	Regular/ruim/muito ruim	1(3,0)	7(21,2)	8(24,2)	
Total		11(33,3)	22(66,7)	33(100)	

Nota. *Teste qui-quadrado significativo para $p < 0,05$. #Teste exato de Fisher significativo para $p < 0,05$.

Na Tabela 1 é apresentado também o nível de estresse ocupacional conforme as características sociodemográficas, laborais e clínicas dos participantes. Consta-se que servidores que declararam “sim” para trabalho estressante apresentaram percentuais superiores de estresse moderado se comparados àqueles que declararam considerar o trabalho “às vezes” estressante, indicando um valor estaticamente significativo ($p = 0,040$). As demais variáveis sociodemográficas, laborais e clínicas dos participantes não foram associadas a níveis de estresse moderado ou baixo. Ressalta-se que, ao analisar-se uma das questões do questionário de estresse, acerca da percepção de estresse ocupacional, nenhum participante referiu o trabalho como não estressante.

A Tabela 2 apresenta as medidas de resiliência, intensidade de dor musculoesquelética, idade, tempo de atuação e a associação dessas informações com o estresse ocupacional. Consta-se que os escores da EET não diferem entre si ($p > 0,05$) em relação à resiliência total, aos fatores da escala de resiliência, à intensidade da dor, à idade e ao tempo de atuação dos participantes. Ainda, nota-se que a pontuação média da resiliência total foi de 138,4 pontos, o que indica um nível moderado de resiliência. Ao analisar os fatores da escala de resiliência, verificou-se que o Fator I foi o mais pontuado (75,2) e que o Fator III foi o menos pontuado (27,8). No que se refere à média geral da intensidade da dor musculoesquelética, esta foi de 3,91 (desvio-padrão = 2,55; mediana = 4; Li = 0; Ls = 8). Com relação ao tempo de atuação no sistema prisional, a média foi de 10,30 anos (desvio-padrão = 5,78; Li = 5; Ls = 25), sendo a média de idade dos servidores penitenciários de 41,73 anos (desvio-padrão = 7,37; Li = 28; Ls = 55).

Tabela 2

Resiliência, Intensidade da Dor, Idade e Anos de Atuação e Associação com Estresse no Trabalho (EET) de Trabalhadores Prisionais

Escala de Estresse no Trabalho (EET)									
		Classificação EET	n	Li	Ls	Média	DP	Md	p-valor*
Resiliência	Fator 1	Baixo estresse	11	21	89	75,9	18,9	82,0	0,267
		Moderado estresse	22	25	86	74,9	13,1	79,5	
		Total	33	21	89	75,2	15,0	80,0	
	Fator 2	Baixo estresse	11	12	37	29,1	7,7	32,0	0,803
		Moderado estresse	22	15	37	29,9	4,9	30,5	
		Total	33	12	37	29,6	5,8	31,0	
	Fator 3	Baixo estresse	11	9	33	27,5	6,7	29,0	0,939
		Moderado estresse	22	10	32	28,0	4,6	29,0	
		Total	33	9	33	27,8	5,3	29,0	
Total	Baixo estresse	11	43	160	138,3	33,7	152,0	0,228	
	Moderado estresse	22	52	157	138,4	21,9	144,5		
	Total	33	43	160	138,4	25,9	145,0		
Intensidade da dor	Baixo estresse	11	0	8	3,0	2,8	2,0	0,166	
	Moderado estresse	22	0	8	4,4	2,4	4,5		
	Total	33	0	8	3,9	2,6	4,0		
Idade	Baixo estresse	11	29	51	41,2	7,1	44,0	0,789	
	Moderado estresse	22	28	55	42,0	7,6	43,0		
	Total	33	28	55	41,7	7,4	44,0		

Escala de Estresse no Trabalho (EET)								
	Classificação EET	n	Li	Ls	Média	DP	Md	p-valor*
Tempo de atuação	Baixo estresse	11	5	20	8,36	4,4	9,0	0,213
	Moderado estresse	22	5	25	11,3	6,2	9,0	
	Total	33	5	25	10,3	5,8	9,0	

Nota. *Teste Mann-Whitney U significativo para $p < 0,05$. Md = mediana.

Na Tabela 3, verifica-se que a pontuação da EET foi correlacionada à intensidade da dor musculoesquelética, apontando para uma correlação fraca e significativa ($p = 0,476$, $p = 0,005$). Quanto à resiliência, constatou-se correlação entre a resiliência total com os fatores de resiliência 1, 2 e 3. Constatou-se correlação entre o Fator 1 e o Fator 2 ($p = 0,540$), entre o Fator 1 e o Fator 3 ($p = 0,787$) e entre o Fator 2 e o Fator 3 ($p = 0,568$), todos com significância.

Tabela 3

Correlação entre a Escala de Estresse no Trabalho (EET) e Idade, Tempo de Atuação, Intensidade da Dor Musculoesquelética e Resiliência de Trabalhadores Prisionais

		Idade	Tempo de atuação	Pontuação EET	ID	Res. Fator 1	Res. Fator 2	Res. Fator 3
Pontuação EET	ρ	-0,052	0,261	1				
	p-valor	0,773	0,143					
Intensidade da dor	ρ	0,075	0,284	0,476*	1			
	p-valor	0,679	0,109	0,005				
Resiliência-Fator 1	ρ	-0,254	-0,113	-0,159	-0,161	1		
	p-valor	0,154	,0532	0,375	0,372			
Resiliência-Fator 2	ρ	-0,011	0,086	-0,157	-0,130	0,540*	1	
	p-valor	0,950	0,633	0,383	0,470	0,001		
Resiliência-Fator 3	ρ	-0,209	-0,078	-0,031	-0,134	0,787*	0,568*	1
	p-valor	0,242	0,668	0,865	0,458	0,000	0,001	
Total resiliência	ρ	-0,186	-0,087	-0,228	-0,214	0,916*	0,758*	0,863*
	p-valor	0,300	0,630	0,202	0,233	0,000	0,000	0,000

Nota. *Correlação significativa para $p < 0,01$. ID = intensidade da dor.

Discussões

A presente pesquisa demonstrou que a maioria dos servidores penitenciários atua sob nível moderado de estresse ocupacional. Constatou-se associação entre os níveis de estresse e a intensidade da dor musculoesquelética, contudo sem correlação com a resiliência e com os dados demográficos e laborais. Quanto à resiliência, os participantes a apresentaram em nível moderado.

Ao encontro deste estudo, no que se refere ao nível de estresse ocupacional, a investigação de Benetti et al. (2017), realizada com 254 servidores penitenciários do estado do Rio Grande do Sul, evidenciou maior percentual de estresse moderado (55,9%), seguido de baixo estresse (41,3%).

Na pesquisa ora analisada, foi possível constatar que os servidores penitenciários que consideram seu trabalho estressante apresentaram percentuais superiores de estresse

moderado quando comparados àqueles que o consideram estressante “às vezes”, apontando para um resultado estatisticamente significativo. Esse dado demonstra que o estresse está presente na rotina de trabalho, o que constitui, para esses profissionais, uma atividade laboral estressante. Da mesma forma, a pesquisa de Reinert et al. (2021), realizada com agentes penitenciários de um presídio masculino de Florianópolis, constatou que o estresse está presente na rotina laboral desses profissionais, dos quais 13,3% consideram seu trabalho estressante e 40% afirmam ter problemas de saúde devido ao estresse.

Nessa perspectiva, o presente estudo demonstrou associação entre o estresse ocupacional e a intensidade da dor musculoesquelética referida pelos servidores penitenciários. Consoante a esses resultados, Maekawa et al. (2020) investigaram a ocorrência de estresse ocupacional em 52 agentes penitenciários de um presídio do interior de Minas Gerais e evidenciaram que o estresse foi prevalente em 46,2% desses profissionais. Entre os sintomas mais referidos pelos participantes, predominaram sintomas físicos, com ênfase para a tensão muscular, presente em 40,4% dos trabalhadores.

Ao encontro desses achados, a pesquisa de Graça et al. (2020), realizada com 18 servidores penitenciários de uma cadeia pública feminina do estado de Mato Grosso, evidenciou que os profissionais apresentaram estresse ocupacional, encontrando-se nas fases de “exaustão” e “quase exaustão”, e referiam ocorrência de sintomas físicos e psíquicos. Além do estresse, foram constatadas ansiedade e lombalgia, presentes em todos os trabalhadores no período dos “últimos 30 dias”. Da mesma forma, Reinert et al. (2021) observaram que, além do estresse ocupacional, os trabalhadores penitenciários relataram dor na coluna lombar. Os autores pontuam que problemas de saúde, tais como distúrbios do sono, irritabilidade, pressão alta e dor na coluna, podem estar relacionados ao conteúdo do trabalho e ao nível de estresse dos trabalhadores das prisões. Portanto, pensa-se que o trabalho no sistema prisional, devido à sua complexidade e peculiaridade de funcionamento, possibilita a elevação do nível de estresse ocupacional, o qual pode estar acompanhado por problemas de saúde física e mental, ou até mesmo desencadeá-los.

Convergente aos resultados deste estudo, ainda no que se refere à associação entre estresse ocupacional e dor musculoesquelética, Warren et al. (2015) pesquisaram sobre distúrbios musculoesqueléticos em 246 oficiais de prisões norte-americanas e constataram que o estresse ocupacional consiste em risco psicossocial relacionado a problemas musculoesqueléticos nesses profissionais. Já Costello et al. (2015), ao investigarem sobre dor crônica em 152 trabalhadores de prisões irlandesas, relataram estresse ocupacional e elevado nível de sofrimento psicológico entre os trabalhadores. Os autores afirmam que as condições e características do trabalho prisional são fatores que podem levar ao adoecimento físico, como a dor crônica.

Os resultados da presente pesquisa, aliados às evidências sobre estresse ocupacional e suas interfaces na saúde do trabalhador penitenciário, podem ser considerados indicadores de que o estresse se relaciona a outros problemas de saúde, tais como dor musculoesquelética, tensão muscular, lombalgia, problemas do sono, ansiedade, entre outros, o que requer cuidado e atenção às condições de saúde e laborais desses profissionais. Nessa perspectiva, Silva et al. (2021) afirmam que ser submetido frequentemente ao estresse ocupacional pode ocasionar danos à saúde, como problemas digestivos, musculares e do sistema nervoso.

No que se refere à resiliência, a presente pesquisa constatou que os servidores penitenciários a apresentaram em nível moderado. Essa habilidade pode auxiliar na manutenção da condição de saúde do trabalhador. Especificamente no ambiente prisional, os trabalhadores necessitam dispor de recursos para o enfrentamento e manejo de estressores e adversidades provenientes do seu ambiente de trabalho. Klinoff et al. (2018), ao estudarem os efeitos do *burnout* e da resiliência em pesquisa realizada com 300 agentes penitenciários de cinco prisões norte-americanas, demonstraram que esta atuou como mediadora perante o esgotamento profissional. Os autores afirmam que esperança, otimismo e apoio social podem reduzir o *burnout* e aumentar a resiliência nesses profissionais. Portanto, o desenvolvimento da resiliência atua como amortecedor contra estressores do ambiente laboral e atenua as consequências do sofrimento mental após experiências adversas (García & Gambarte, 2019; Hines et al., 2021).

O presente estudo teve como objetivo avaliar o nível de estresse ocupacional de servidores penitenciários e associá-lo com a resiliência, contudo, não foi constatada associação entre estas variáveis. Klinoff et al. (2018) pontuam que, apesar de inúmeras evidências acerca da ocorrência de estresse ocupacional nas prisões, nenhuma investigação se concentrou na resiliência do trabalhador penitenciário. Entre os estudos encontrados sobre a temática, a pesquisa de Costello et al. (2015) evidenciou a associação entre alta resiliência e escores mais baixos de depressão em agentes penitenciários irlandeses.

Ao reportar a capacidade de resiliência em profissão conceitualmente semelhante, Winter e Alf (2019) investigaram vivências de prazer e sofrimento no trabalho policial em abordagem realizada com dez profissionais do interior do estado do Rio Grande do Sul. Os autores constataram ser a resiliência um recurso utilizado no enfrentamento das adversidades e na redução do sofrimento provenientes do trabalho. Ainda, evidenciaram sua importância na proteção da integridade do policial diante do sofrimento ocasionado pelas adversidades diárias e na criação de mecanismos para resistir e lidar com as contradições do trabalho.

O presente estudo constatou correlação significativa entre os fatores pertencentes à Escala de Resiliência. O Fator 1 foi o mais pontuado e se refere à “resolução de ações e valores”, ou seja, diz respeito ao sentido da vida, à amizade, à realização pessoal e à satisfação, o que demonstra que os servidores avaliam seus valores e suas relações sociais como bem estabelecidos. Já o fator menos pontuado (Fator 3), relacionado à “autoconfiança e capacidade de adaptações a situações”, faz referência à confiança em si e às adaptações diante de novos eventos. Esse dado pode justificar o nível moderado de estresse nos servidores penitenciários, uma vez que a profissão é caracterizada por eventos inesperados e requer habilidade para resoluções e readaptações perante novas situações, demandas e peculiaridades do ambiente prisional.

Pelo fato de a pontuação total da resiliência ocorrer por meio da soma dos três fatores, é esperado que haja associação entre eles. Entretanto, ao buscarem evidências sobre a capacidade de resiliência, os estudos encontrados sobre o tema focam na pontuação total, ou seja, sobre o nível geral de resiliência. Por isso, não foram encontrados estudos que avaliem fatores de resiliência individualmente entre os profissionais das prisões.

A presente pesquisa não constatou associação entre resiliência, estresse ocupacional e as variáveis demográficas, laborais e clínicas dos participantes. Contudo, a literatura demonstra o papel mediador da resiliência diante de estressores laborais e outras condições de saúde,

apesar das poucas investigações sobre a temática envolvendo trabalhadores penitenciários (Costello et al., 2015; Klinoff et al., 2018). Buscaram-se, portanto, evidências com outras categorias profissionais, apesar da distinção existente entre o trabalho prisional e as demais profissões. Assim, ao encontro desta pesquisa, o estudo de Hines et al. (2021) com profissionais da saúde dos Estados Unidos demonstrou não haver associação significativa entre a resiliência e os dados demográficos ou ocupacionais dos trabalhadores.

Em contrapartida, Macedo et al. (2020), em estudo sobre estresse psicossocial e resiliência realizado com 39 profissionais da enfermagem de um hospital universitário, constataram elevado índice de estresse e baixos escores de resiliência entre os profissionais, o que demonstra correlação significativa entre o estresse psicossocial e a resiliência. Os autores pontuam que elevado estresse e baixa resiliência podem indicar risco de adoecimento psicoemocional e físico entre os profissionais.

Ao examinar o sistema prisional, que contempla diversos estressores laborais, como condições físicas e organizacionais precárias, insalubridade, recursos exíguos, déficit funcional, tensão e estresse relacionados à natureza do trabalho, pensa-se que a resiliência seja um recurso importante para o enfrentamento e o manejo de adversidades diante desse contexto. Logo, a resiliência pode ser considerada um recurso que ajuda a preservar a saúde do trabalhador, fortalecer sua subjetividade e suas potencialidades, tanto em seu meio profissional quanto além deste.

Conclusões

A presente pesquisa constatou que o estresse faz parte do cotidiano de trabalho dos servidores penitenciários e possui correlação com a intensidade da dor musculoesquelética, mas não com a resiliência. A literatura demonstra que, à luz dos efeitos prejudiciais documentados, o estresse ocupacional prolongado pode ocasionar adoecimento físico e psíquico aos trabalhadores. Portanto, faz-se necessário que novos estudos sejam focados na implementação de ações educativas em saúde direcionadas aos trabalhadores das prisões, no intuito de atenuar os riscos laborais, que podem afetar de forma negativa a saúde e a subjetividade do trabalhador. O sistema prisional, enquanto instituição, necessita gerenciar recursos e pessoas de forma a considerar cada trabalhador em sua singularidade, sem ignorar os riscos ocupacionais e as peculiaridades das prisões.

Por fim, no que diz respeito às limitações deste estudo, acredita-se que o tamanho da população seja insuficiente para realizar determinadas inferências causais, bem como se fez uso de escalas, que estão sujeitas a um potencial viés nas respostas; e, como a pesquisa foi realizada no local de trabalho, isso também pode influenciar nas respostas dos pesquisados.

A associação entre estresse ocupacional e intensidade da dor musculoesquelética, acima citada, aliada às características do perfil dos participantes, resulta em importantes indícios da condição de saúde desses. O fato de atuarem sob estresse, perceberem seu trabalho como estressante e sentirem dor musculoesquelética, independentemente da resiliência, pode constituir em indicador da cronicidade da dor e sinalizar adoecimento. A partir deste estudo, afirma-se a importância de se conhecer as características pessoais, laborais e clínicas dos trabalhadores, que, aliadas às peculiaridades do trabalho prisional, possibilitam identificar níveis de estresse e aspectos relacionados à saúde do trabalhador penitenciário.

O labor no sistema prisional exige habilidades técnicas e emocionais diante das adversidades e dos imprevistos inerentes às prisões, ambientes em que a existência de riscos laborais afeta todas as pessoas envolvidas e ratifica a necessidade de cuidados e assistências à saúde tanto das pessoas privadas de liberdade quanto dos trabalhadores. Os servidores penitenciários, especificamente, enfrentam as mazelas do sistema prisional em sua rotina de trabalho, o que requer ações de conscientização sobre estresse ocupacional, dor musculoesquelética e resiliência com vistas à prevenção de danos e à promoção da saúde física e mental. Faz-se necessário o estabelecimento de programas de educação em saúde dentro da instituição no intuito de melhorar o bem-estar no trabalho e a qualidade de vida desses profissionais.

Referências

- Arvidsson, I., Simonsen, J. G., Lindegård-Andersson, A., Björk, J., & Nordander, C. (2020). The impact of occupational and personal factors on musculoskeletal pain – a cohort study of female nurses, sonographers and teachers. *BMC Musculoskeletal Disorders*, 21(621), n.p. <https://bmcmusculoskeletdisord.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12891-020-03640-4>
- Benetti, S. A. W., Goi, C. B., Benetti, M., Frizzo, M. N., Benetti, E. R. R., Dezordi, C. C. M., & Stumm, E. M. F. (2017). Occupational stress and its relationship with sociodemographic variables in penitentiary servants. *International Journal of Innovation Education and Research*, 5(11), 150–160. <https://www.ijer.net/index.php/ijer/article/view/860/656>
- Costello, E., Bogue, J. E., Sarma, K., & McGuire, B. E. (2015). Chronic pain in Irish prison officers: profile and predictors of pain-related disability and depression. *Pain Medicine*, 16(12), 2292–2301. <https://doi.org/10.1111/pme.12822>
- Ellison, J. M., & Caudill, J. W. (2020). Working on local time: Testing the job-demand-control-support model of stress with jail officers. *Journal of Criminal Justice*, 70, n.p. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2020.101717>
- Fusco, N. D., Ricciardelli, R., Jamshidi, L., Carleton, R. N., Barnim, N., Hilton, Z., & Groll, D. (2021). When our work hits home: Trauma and mental disorders in correctional officers and other correctional workers. *Frontiers in Psychiatry*, 11, 493391. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2020.493391>
- García, I. V. V., & Gambarte, I. G. (2019). La resiliencia como factor protector del estrés crónico en docentes. *European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education*, 9(3), 159–175. <https://doi.org/10.30552/ejihpe.v9i3.332>
- Graça, B. C., Nascimento, V. F., Felipe, R. N. R., Andrade, A. C. S., Atanaka, M., & Terças-Trettel, A. C. P. (2020). Uso da auriculoterapia no controle da lombalgia, ansiedade e estresse de profissionais do sistema penitenciário. *Brazilian Journal of Pain*, 3(2), 142–146. <https://doi.org/10.5935/2595-0118.20200025>
- Hines, S. E., Chin, K. H., Glick, D. R., & Wickwire, E. M. (2021). Trends in moral injury, distress, and resilience factors among healthcare workers at the beginning of the COVID-19 pandemic. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(2), 488. <https://doi.org/10.3390/ijerph18020488>
- Jesus, S. R., Felipe, A. M., & Silva, Y. V. (2021). Vulnerabilidade ao estresse entre agentes de segurança penitenciários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(2), 1–18. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003197193>

- Klinoff, V. A., Hasselt, V. B. V., Black, R. A., Masias, E. V., & Couwels, J. (2018). The assessment of resilience and burnout in correctional officers. *Criminal Justice and Behavior*, 45(8), 1213–1233. <https://doi.org/10.1177/0093854818778719>
- Lambert, E. G., Keena, L. D., Haynes, S. H., May, D., & Leone, M. C. (2020). Predictors of job stress among southern correctional staff. *Criminal Justice Policy Review*, 31(2), 309–331. <https://doi.org/10.1177/0887403419829211>
- Macedo, A. B. T., Antonioli, L., Dornelles, T. M., Hansel, L. A., Tavares, J. P., & Souza, S. B. C. (2020). Estresse psicossocial e resiliência: Um estudo em profissionais da enfermagem. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 10, e25. <https://doi.org/10.5902/2179769235174>
- Maekawa, L. S., Côrrea, P. N. S. A., Araújo, S. A., Carvalho, M. T. M., Silva, R. J., & Alves, M. G. (2020). Estresse em agentes penitenciários de um presídio do interior de Minas Gerais. *Psicologia e Saúde em Debate*, 6(2), 373–387. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N2A25>
- Naime, F. F. (2013). *Manual do tratamento da dor: Dor aguda e dor de origem oncológica – tratamento não invasivo*. Manole.
- Paschoal, T., & Tamayo, A. (2004). Validação da escala de estresse no trabalho. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 45–52. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000100006>
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Avanci, J. Q., Santos, N. C., Malaquias, J. V., & Carvalhaes, R. (2005). Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 436–448. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n2/10.pdf>
- Reinert, F., Vergara, L. G. L., & Gontijo, L. A. (2021). Análise das condições de trabalho de agentes penitenciários: Estudo de caso do presídio masculino de Florianópolis. In C. F. Rosa, H. A. Holzmann, & J. Dallamuta, *Gestão em engenharia de produção: Agregando competitividade nas organizações* (pp. 14–27). Atena.
- Santos, E. C., Andrade, R. D., Lopes, S. G. R., & Valgas, C. (2017). Prevalence of musculoskeletal pain in nursing professionals working in orthopedic setting. *Revista Dor*, 18(4), 298–306. <https://doi.org/10.5935/1806-0013.20170119>
- Santos, P. R. (2020). Agente penitenciário: Os efeitos do estresse. *Revista Cathedra*, 1(1), 48–60. <https://univale.com.br/content/uploads/2021/04/CATHEDRA-Edi%C3%A7%C3%A3o-1-Volume-1-2020.pdf>
- Silva, A. M. M., Correia, G. C., & Joia, L. C. (2021). Fatores e tipos de acidentes de trabalho em militares: Uma revisão bibliográfica. *Revista das Ciências da Saúde e Ciências Aplicadas do Oeste Baiano-Higia*, 6(1), 197–216. <http://fasb.edu.br/revista/index.php/higia/article/view/639>
- Soteriades, E. S., Psalta, L., Leka, S., & Spanoudis, G. (2019). Occupational stress and musculoskeletal symptoms in firefighters. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*, 32(3), 341–352. <https://doi.org/10.13075/ijomeh.1896.01268>
- Warren, N., Dussetschleger, J., Punnett, L., & Cherniack, M. G. (2015). Musculoskeletal disorder symptoms in correction officers: Why do they increase rapidly with job tenure? *Human Factors*, 57(2), 262–275. <http://doi.org/10.1177/0018720814547569>
- Winter, L. E., & Alf, A. M. (2019). A profissão do policial militar: Vivências de prazer e sofrimento no trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 19(3), 671–678. <http://doi.org/10.17652/rpot/2019.3.13214>

Recebido em: 20/09/2022

Última revisão: 13/10/2023

Aceite final: 18/10/2023

Sobre os autores:

Kátrin Isabeli Dreschler Corrêa: [Autora para contato]. Mestra em Atenção Integral à Saúde pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em ampla associação com a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Especialista em Saúde Mental e Psicóloga pela UNIJUÍ. E-mail: katrindreschler@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6725-3948>

Christiane de Fátima Colet: Doutora e mestra em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, RS. **E-mail:** christiane.colet@unijui.edu.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2023-5088>

Sabrina Azevedo Wagner Benetti: Doutoranda em Enfermagem na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Atenção Integral à Saúde pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em ampla associação com a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Enfermeira pela UFSM. **E-mail:** sabrina.benetti@hotmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1953-8762>

Carmen Cristiane Schultz: Mestra em Atenção Integral à Saúde pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em ampla associação com a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Enfermeira pela UNIJUÍ, Ijuí, RS. **E-mail:** carmen.schultz@sou.unijui.edu.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9989-1277>

Cíntia Beatriz Goi: Mestra em Educação – Especialização em Educação e Formação de Adultos pela Escola Superior de Educação (ESE) no Instituto Politécnico do Porto (IPP), em Portugal. Enfermeira pela Escola Superior de Educação Politécnico do Porto, Porto, Portugal. **E-mail:** cintia.goi@iffarroupilha.edu.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-2757-5168>

Eniva Miladi Fernandes Stumm: Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, RS. **E-mail:** eniva@unijui.edu.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6169-0453>